



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS
Rua João Gustavo da Silva, 129 – Telefax:(75) 3312-1741
Cruz das Almas – Bahia

GABINETE DO VEREADOR PAULO SÉRGIO OLIVEIRA SANTOS (PAULINHO POLICIAL)

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	
604	30	01/24
POLICIAL) <i>Paulinho</i>		
SECRETARIA		

Projeto de Lei nº 10 de 2024 de 30 janeiro de 2024.

Obriga o executivo Municipal a disponibilizar vagas para os **Ambulantes locais**, quando da concessão para os seguintes agentes (**Circo, Parques e Similares**), no Âmbito do Município de Cruz das Almas e dá outras providências.

Art. 1º - Art. 1º Fica obrigado o Executivo Municipal através da Secretaria da Fazenda, a disponibilizar um percentual de vagas e licença aos **ambulantes locais**, quando dá concessão de alvará para instalação (temporária) de Circo, Parques e Similares no âmbito do município de Cruz das Almas.

Parágrafo Único – Essa obrigatoriedade terá efeito quando os eventos citados no **artigo 1º** desta lei, venderem na área interna de suas instalações os seguintes produtos (**Pipoca, Algodão Doce, Picolé, sucos, refrigerantes e Maçã do Amor**) e outros tipos de produtos voltados para o público infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessárias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2024

Paulo Sérgio O. Santos (Paulinho Policial)
Vereador – PSD

RECEBIDO EM
30/01/24 - H 11M 46
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS
Letícia



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS
Rua João Gustavo da Silva, 129 – Telefax:(75) 3312-1741
Cruz das Almas – Bahia

GABINETE DO VEREADOR PAULO SÉRGIO OLIVEIRA SANTOS (PAULINHO POLICIAL)

Projeto de Lei nº de 2024 de 30 janeiro de 2024.

JUSTIFICATIVA

Em verdade, com o presente dispositivo, pretende-se aplicar no âmbito da municipalidade, o disposto no **art. 39** da Lei Federal nº **8.078 de 11 de setembro 1990**, que dispõe sobre o Código do Consumidor. Esta preposição tem por objetivo a geração de emprego e renda aos nossos ambulantes locais, visa também proteger os cidadãos em geral, que frequentam esses estabelecimentos recreativos em nosso município. Visa cobrir a prática abusiva que vem ocorrendo nesses espetáculos (Circenses e recreativos como os parques de diversões), monopolizando as vendas de todos os produtos consumidos nos referentes espetáculos e recreação. Não tendo concorrência de outros fornecedores os preços praticados por eles são acima dos praticados por fornecedores locais.

Cabe ressaltar que, caso o estabelecimento possua restrição de acesso às áreas do parque com alimentos e bebidas, pode ter tal prática enquadrada como abusiva, com relação ao art. [39](#), [V](#) do [CDC](#), caracterizando-se vantagem manifestamente excessiva. Esses parques argumentam que são responsáveis pela segurança alimentar de seus consumidores, em que por tal motivo não permitem a entrada de bebidas e alimentos, mas isso não é um argumento plausível para vetar a entrada.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 2024

Paulo Sérgio O. Santos (Paulinho Policial)
Vereador – PSD